

Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra

ANEXO I

Oficinas de Apresentação do Zoneamento e Programas

Socioambientais

Etapa III

1. INTRODUÇÃO

Tendo como referência as atividades de Planejamento Participativo previstas para o Plano de Manejo (PM) da Área de Proteção Ambiental Conceição da Barra, o presente relatório dedicar-se-á à descrição das oficinas realizadas durante os dias 19 a 21 de outubro de 2013 nas seguintes comunidades:

- ✓ Porto Grande
- ✓ Lage/Laginha
- ✓ Santana
- ✓ Barreiras
- ✓ Meleiras
- ✓ Conceição da Barra (bairro Santo Amaro)

Voltados para a apresentação da Proposta de Zoneamento e dos Programas Socioambientais- elaborados a partir dos diagnósticos do meio físico, antrópico e biótico do território abrangido pela APA -, os encontros almejavam, primordialmente, reforçar a participação das populações inseridas nestes espaços na construção do PM, visto o imperativo de que as diretrizes formuladas sejam condizentes às conjunturas econômicas, sociais e ambientais verificadas em cada uma das localidades. Sendo assim, a colocação de questionamentos, dúvidas ou sugestões por parte de seus moradores torna-se de fundamental importância para que os objetivos do Plano de Manejo sejam alcançados.

Partindo da caracterização genérica feita nas linhas acima, os subitens sequenciais descrevem, de maneira pormenorizada, os materiais utilizados na divulgação e realização das oficinas, assim como o escopo metodológico adotado para a estruturação das mesmas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Consolidadas as etapas anteriores de Oficinas de Planejamento Participativo - *Diagnóstico Participativo da UC e Gestão e Manejo Participativo*-, que possibilitaram maior aproximação junto às populações e lideranças das comunidades inseridas na APA Conceição da Barra, traçaram-se estratégias de divulgação e articulação que fomentassem o acesso prévio dos moradores aos assuntos que seriam abordados nos encontros. Além disso, buscou-se garantir que as atividades pudessem enquadrar-se na própria dinâmica de tempo das localidades, de modo a não causar a intromissão e/ou paralisação de suas rotinas. Os materiais distribuídos, assim como aqueles utilizados nas apresentações (projeções e mapas), foram também elaborados com o intuito de facilitar a compreensão dos mesmos pelos participantes, sendo, assim, evitados os usos de linguagens extremamente técnicas ou prolixas.

2.1 DIVULGAÇÃO

Na semana que precedeu a realização das oficinas, optou-se pela divulgação direta nas próprias localidades onde os encontros aconteceriam. Desta forma, foi possível estabelecer contato pessoal com as populações e lideranças que, ao receberem detalhamentos sobre os assuntos que seriam tratados nas OPs, comprometeram-se a repassá-las ao restante das comunidades, colaborando, pois, para a articulação dos moradores. O Quadro 2-1 sistematiza as visitas feitas durante os dias 13 e 14 de outubro do ano de 2013, descrevendo também os materiais distribuídos à população local.

Os cartazes (Apêndice A), afixados em pontos estratégicos - nos quais há considerável fluxo de pessoas (como postos de saúde, escolas, espaços de convivência, dentre outros) -, foram também distribuídos às lideranças para que estas pudessem afixá-los, posteriormente, em outros espaços. Além deste material, foram impressos convites (Apêndice B) a serem entregues aos moradores.

Para a divulgação em Santana e Santo Amaro, contrataram-se bicicletas de som, que percorreram as ruas e pontos específicos dos bairros informando os dias, horários, assuntos e locais das oficinas. A utilização deste meio justifica-se pelas maiores dimensões populacionais ali verificadas, o que inviabiliza, conseqüentemente, o contato próximo com um grande número de moradores. Desta forma, tais veículos reforçaram os convites deixados com as lideranças que, assim como nas outras comunidades, reconheceram a importância da participação na etapa do zoneamento da APA Conceição da Barra.

Quadro 2-1 – Divulgação das Oficinas de Zoneamento

Data	Período	Comunidade/Localidade	Moradores/Lideranças Contatados	Síntese das Visitas
	Manhã	Lage/Laginha	Conversa com o presidente da Associação de Moradores, senhor Mateus José Cairú, e com moradores da comunidade	- Foi realizada a distribuição de convites e cartazes na comunidade - Lideranças comprometeram-se em divulgar a oficina.
13/10	Manhã	Porto Grande	Conversa com moradores: Sr. Sebastião Guilherme e sua esposa, Maria do Santo Guilherme	- Foi realizada a distribuição de convites e cartazes na comunidade - Moradores comprometeram-se a estender o convite a vizinhos e familiares, visto que consideraram que a oficina realizada anteriormente (Diagnóstico Socioambiental) havia sido bastante produtiva

Data	Período	Comunidade/Localidade	Moradores/Lideranças Contatados	Síntese das Visitas
13/10	Tarde	Barreiras	Conversa com moradores: Benedito, Dito (ambos mestres dos grupos de jongo e folias de reis de São Benedito das Piabas) e Marlúcia (agente comunitária de saúde)	<ul style="list-style-type: none">- Foi realizada a distribuição de convites e cartazes na comunidade- Os moradores contatados prontificaram-se a participar das oficinas, assim como ajudaram na distribuição de convites e cartazes pela comunidade- Apesar do comprometimento com a divulgação do encontro, afirmaram que tal tarefa não seria fácil, visto que já havia moradores com certa resistência em relação à etapa de zoneamento do PM

Data	Período	Comunidade/Localidade	Moradores/Lideranças Contatados	Síntese das Visitas
	Tarde	Meleiras	Conversa com o presidente da Associação de Moradores, Sr. Zeca	<ul style="list-style-type: none">- Foi realizada a distribuição de convites e cartazes na comunidade- A liderança, assim como outros moradores locais, solicitou a remarcação da oficina de domingo (20/10) para segunda-feira (21/10), visto que, nos finais de semana, a população costuma frequentar outros espaços e praticar outras atividades, como comércio, futebol, cultos religiosos, dentre outros. Desta forma, a reunião foi remarcada.- Foi realizada a distribuição de convites e cartazes na comunidade
14/10	Manhã	Santana	Conversa com a Sr. Jurema, antiga presidente da Associação de Moradores de Santana (hoje inexistente), e com moradores da comunidade	<ul style="list-style-type: none">- Foi realizada a distribuição de convites e cartazes nos pontos de referência do bairro, assim como a contratação de bicicleta de som por um período de 4 horas no dia 19 /10- A liderança comprometeu-se a ajudar na articulação no bairro para a participação na oficina

Data	Período	Comunidade/Localidade	Moradores/Lideranças Contatados	Síntese das Visitas
	Tarde	Conceição da Barra (bairro Santo Amaro)	<p>Conversa com os Srs. Cigão e Benedito Matias (Seu Bi), lideranças entre os pescadores e marisqueiros do entorno da APA</p> <p>- Visita à Associação Adorabarra, onde foi feita conversa com algumas marisqueiras sobre a importância da participação da comunidade no processo de zoneamento da APA</p>	<p>- Foi realizada a distribuição de convites e cartazes nos pontos de referência do bairro: sede da Associação de Pescadores, Posto de Saúde, Mercado de Peixe e no local onde acontece a feira livre às sextas-feiras.</p> <p>- Assim como em Santana, foi contratada bicicleta de som por um período de 4 horas</p>

A partir das visitas e conversas realizadas, estabeleceram-se os locais, datas e horários das oficinas, conforme demonstra o quadro abaixo. Posteriormente, e através dos contatos disponibilizados pelas lideranças, os convites foram reiterados por meio de ligações telefônicas nos dias que antecederam os encontros.

Data	Comunidade	Local	Horário
19/10	Porto Grande	Galpão do Folclore	08:00
	Lage/Laginha	Bar do Lauro	14:00
	Santana	Escola Deolinda Lage	19:00
20/10	Barreiras	EMEF Barreiras	08:00
	Meleiras	Bar do Zeca	15:00
21/10	Conceição da Barra (bairro Santo Amaro)	EMEF Astrogildo Carneiro Setubal	19:00



Foto 2.1-1 – Mobilização na Comunidade de Lage/Laginha



Foto 2.1-1 – Visita à Comunidade Porto Grande



Foto 2.1-3 – Sr Benedito, mestre do Grupo de Jongo de São Benedito – comunidade de Barreiras



Foto 2.1-4 – Divulgação no Bairro Santana

2.2 ESTRUTURA E MATERIAIS DAS OFICINAS

Concomitante às atividades de divulgação, a Equipe Técnica da Lenc (ETL) elaborou os materiais que seriam distribuídos e apresentados aos participantes dos encontros. Neste ponto, atentou-se à necessidade de se adotar técnicas expositivas que pudessem fomentar a compreensão e assimilação dos conteúdos por meio de informações transmitidas em imagens, mapas e textos com linguagem sucinta e didática.

Para tal, foi redigida uma carta de apresentação (Apêndice C), cujo conteúdo, além de elucidar as atividades programadas, especificava, conceitualmente, o significado do termo zoneamento, assim como o seu uso enquanto técnica para planejar geograficamente uma ou mais áreas, levando em consideração suas principais características.

Somado a este instrumental, os participantes receberam um folheto (Apêndice D) que, além dos respectivos mapas da delimitação da APA Conceição da Barra e da proposta de zoneamento para a mesma, continha o resumo dos usos e atividades que podem ser realizados ou devem ser restringidos em cada uma das zonas concebidas para o território em análise.

Finalizada esta descrição, dar-se-á enfoque à estrutura geral das oficinas, a fim de demonstrar o modelo de apresentação utilizado nas seis reuniões junto às comunidades da APA.

2.2.1 Escopo Geral das Apresentações

Integrando o Volume III do Plano de Manejo, a rodada das oficinas de zoneamento sucedem aquelas dedicadas à apresentação do próprio PM e ao diagnóstico socioambiental realizado sobre o território da APA. Desta forma, e levando em consideração que os últimos encontros aconteceram no ano de 2012, fez-se necessário retomar assuntos essenciais para que os participantes pudessem se contextualizar e lembrar algumas informações já abordadas em reuniões anteriores.

Seguindo a programação contida na carta de apresentação, o primeiro momento das oficinas seria dedicado à retomada de ideias centrais. Assim, realizou-se, em todas as comunidades, breve explanação sobre a própria APA Conceição da Barra, elucidando a data e os motivos de sua instituição. Em sequência, buscou-se lembrar (levando em consideração o fato de que as oficinas poderiam contar com moradores que não estiveram presentes nas etapas anteriores) do que, especificamente, se trata um Plano de Manejo. Aqui, salientou-se a necessidade de se garantir a preservação dos recursos naturais em consonância com o desenvolvimento socioeconômico e a manutenção dos modos de vida tradicionais e do patrimônio histórico cultural existentes na região.

Feito isso, outras questões foram abordadas, como a importância de uma Unidade de Conservação possuir um PM, quais os atores envolvidos em sua construção, e o imperativo de que esta última garanta ampla participação das populações tanto no processo de elaboração quanto nos períodos posteriores de atualização e implementação do PM.

Buscando retomarelementos essenciais ao bom caminhar das oficinas, foram dadas as devolutivas referentes às etapas anteriores de planejamento participativo e diagnóstico socioambiental. Neste ponto, apresentaram-se, de maneira resumida, os aspectos concernentes a cada meio, a saber: Meio Antrópico, Meio Biótico e Meio Físico.

Em relação ao primeiro, destacaram-se os principais atributos que caracterizam as populações e seus modos de vida dentro da APA, dando-se especial atenção às atividades econômicas (como a pesca) que geram o sustento de boa parte das famílias, e também à manutenção das manifestações/tradições culturais, facilitada, provavelmente, pelo considerável isolamento geográfico de muitas comunidades.

Todavia, salientou-se que tal distanciamento gera, em contrapartida, a dificuldade de acesso a políticas e serviços públicos, como saúde, educação e saneamento básico. Muitos destes “problemas” foram demonstrados por meio da Matriz FOFA de cada comunidade, elaborada a partir das Oficinas de Diagnóstico, nas quais os moradores puderam identificar as principais Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças que existem ou possam vir a incidir nos espaços onde residem estas populações.

Outros pontos abordados para o Meio Antrópico referem-se à riqueza arqueológica da região, cujos sítios confirmam a diversidade cultural dos grupos humanos que habitaram as áreas da APA e seus territórios circunvizinhos.

Para o Meio Biótico foi feita a caracterização dos seguintes itens: Vegetação, Fauna e Biota Aquática. No que concerne à primeira, elucidaram-se as três tipologias predominantes na APA: Restingas, Florestas de Mata Atlântica e Manguezais, demonstrando a diversidade de espécies existentes nas áreas em análise, dentre as quais se destacam as ameaçadas de extinção e aquelas que são endêmicas ao estado do Espírito Santo. Salientou-se também a importância destes recursos para os habitantes da região, tendo, como exemplo, os manguezais, onde é realizada a cata do caranguejo – uma das principais fontes de renda para muitas famílias.

Quanto à fauna e à biota aquática, descreveram-se as principais espécies de mamíferos, aves, anfíbios, répteis, crustáceos e peixes que compõem a riqueza animal da APA. Nesta parte da apresentação, fez-se mister dimensionar a importância da existência de espécies endêmicas, indicadoras de qualidade ambiental, assim como daquelas adaptadas a ambientes perturbados (antropizados). Em complementação, atentou-se para peixes e crustáceos (caranguejo), que, conforme mencionado anteriormente, são essenciais para o sustento de considerável parcela das populações das localidades, de modo que os modelos predatórios de pesca e cata (como o arrasto e as “redinhas”) devem ser evitados.

Finalizando a apresentação do diagnóstico, foram descritas as características que integram o Meio Físico da APA, abordando-se, primeiramente, os seguintes aspectos: clima, relevo, solo e recursos hídricos. De maneira geral, a região é descrita como de solo arenoso, sendo drenada pelo Rio Cricaré e alguns de seus afluentes. Nos territórios próximos aos mananciais, predominam solos aluviais e de mangue. Quanto ao relevo, este é majoritariamente plano, com a presença de alguns terrenos elevados (os chamados tabuleiros).

Dando sequência, focalizou-se a diversidade de usos e ocupação do solo na APA, como os terrenos de pastagem, plantações de coco e áreas urbanizadas. Neste ponto, destacou-se que o amplo leque de aspectos físicos e de ocupação deve fomentar o esforço para que se enxerguem as melhores maneiras de utilização dos atributos destas áreas, vistos alguns riscos postos, como aqueles advindos da poluição dos manguezais e das cavas de areia abandonadas, que deixam o solo exposto, podendo ocasionar processos erosivos.

Sob estas perspectivas, outros problemas são abordados, como as rochas e o solo arenoso, suscetíveis à erosão e ao conseqüente assoreamento dos rios. Assim, impõe-se a necessidade de manutenção das áreas verdes, que protegem os cursos d'água contra os danos elencados, garantindo, pois, a qualidade ambiental dos mesmos e de suas bacias.

Na parte que tange o Meio Físico, também foi dado destaque ao elevado nível de conservação de suas coberturas vegetais (restinga, mangue, mata atlântica), o que reforça a importância ecológica da APA. Além destes fatores, seu patrimônio natural e paisagístico indica considerável predisposição ao desenvolvimento de atividades turísticas.

Finalizadas as explanações acerca do diagnóstico socioambiental da UC, o Zoneamento, propriamente dito, passa a ser o foco das falas sequenciais. Nestes momentos, reiterou-se o significado do próprio termo, do mesmo modo em que foi retomada sua importância enquanto instrumental utilizado para pensar e planejar as áreas que compõem a APA, assim como para identificar as potencialidades e vulnerabilidades às quais estas porções do território de Conceição da Barra estão sujeitas. Em poucas palavras, pôde-se afirmar que, ao serem estabelecidas zonas específicas, pretende-se, primordialmente, orientar o desenvolvimento de determinada área; neste caso, da APA.

A partir do esclarecimento destes conceitos e definições, coube aos interlocutores do diálogo junto às comunidades reforçar a informação de que o zoneamento não formula imperativos, ou seja, não possui um caráter jurídico-normativo (que impõe obrigações); contrariamente a esta visão errônea, pretende orientar e subsidiar a tomada de decisões sobre possíveis políticas e/ou intervenções que possam incidir sobre a UC, afetando, mesmo que indiretamente, seus atributos.

Feitos os devidos esclarecimentos, detalharam-se os métodos utilizados para a formulação da proposta apresentada. Primeiramente, coube salientar que as etapas de Contextualização e Diagnóstico da UC foram os substratos primordiais para a construção do zoneamento.

Sendo assim, ao serem listados os principais aspectos dos meios físico, antrópico e biótico pôde-se fazer a sobreposição espacial destes dados, identificando-se, com isto, porções da APA com características similares no que concerne a um amplo leque de variáveis, como solo e sua cobertura, relevo, vegetação, patrimônio histórico, cultural e arqueológico, dentre outros.

Tal método permite que se chegue à delimitação de Unidades Ambientais Homogêneas (UHAs), formuladas a partir de mapas temáticos (uso e ocupação do solo, geomorfologia, vegetação) e das informações contidas no diagnóstico. Posteriormente, a classificação de cada UAH é dada por meio do agrupamento de áreas com atributos físicos, bióticos e antrópicos comuns.

Tendo o conjunto de Unidades Ambientais Homogêneas definido - nas quais cada área é adequada para que os atributos naturais e as atividades específicas (ou essenciais) ali desenvolvidas sejam preservados -, delimitaram-se as zonas (algumas divididas em subzonas) que compõem a APA:

- ✓ Zona de Conservação de Recursos Naturais
 - ✓ Subzona Mata Atlântica – SZMA
 - ✓ Subzona de Restinga – SZRE
 - ✓ Subzona de Estuários e Ecossistemas Associados – SZME
- ✓ Zona de Restrição à Ocupação - ZRO
- ✓ Zona de Conservação de Interesse Turístico – ZCIT
 - ✓ Subzona de Expansão Controlada
- ✓ Zona de Ocupação Consolidada – ZOC
- ✓ Zona de Ocupação Diversificada – ZOD
- ✓ Zona Estratégica de Recuperação - ZER

Tais espacializações encontram-se dentro de duas macro áreas: Áreas de Conservação e Áreas de Ocupação Dirigida. As primeiras são aquelas cujo interesse é propriamente a conservação ambiental dos atributos existentes em seus limites. Já as áreas de Ocupação Dirigida apresentam usos urbanos ou rurais e, mesmo antropizadas, devem também atender às condições necessárias à conservação da APA.

A partir dos mapas impressos e fixados em cada oficina (contidos também nos folhetos entregues a todos os participantes), pôde-se visualizar a espacialização de cada zona e suas respectivas subzonas. Estas que, terminadas as explicações gerais, foram detalhadas individualmente, possibilitando, assim, a apreensão de suas principais características e dos usos que devem ser potencializados ou restringidos dentro de seus perímetros.

Destaca-se, aqui, a preocupação de demonstrar em quais áreas (zonas e subzonas) cada comunidade está inserida; fato essencial para a problematização dos usos e restrições sugeridos para os territórios ocupados pelas populações da APA.

Finalizando o primeiro momento dos encontros, foram apresentados, numa visão global, os Programas propostos para a UC. Neste ponto, atentou-se para a explanação de que os mesmos têm como intuito promover estudos constantes sobre a APA, a fim de melhor conhecê-la e garantir, conseqüentemente, maiores possibilidades para a proposição de políticas e ações a serem implementadas para o alcance dos objetivos do Plano de Manejo: aliar o desenvolvimento da área em consonância com a preservação de seus recursos e patrimônios naturais, culturais, arqueológicos e humanos.

O presente subitem descreveu o escopo geral adotado para as oficinas de planejamento participativo realizadas para a apresentação do Zoneamento da Área de Proteção Ambiental Conceição da Barra. Nas páginas que se seguem, relatar-se-ão as peculiaridades de cada encontro, atentando-se, para tal, às contribuições, dúvidas e críticas registradas nas falas dos moradores que estiveram presentes nas reuniões. Fora estas informações, outros dados serão expostos, como o número de participantes, instituições presentes e avaliação qualitativa das oficinas.

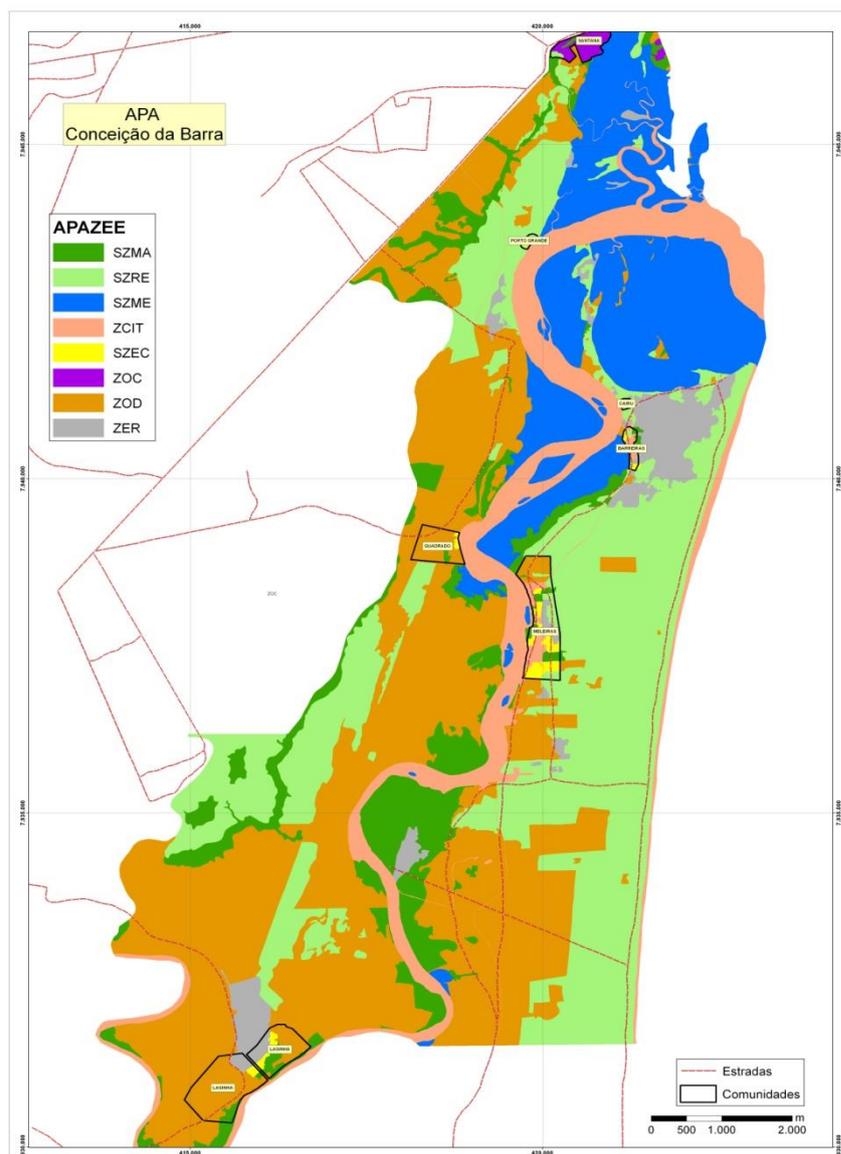


Figura 2.2.1-1–Zoneamento APA Conceição da Barra

3. OFICINAS PARTICIPATIVAS

Conforme estabelecido nas reuniões de planejamento que antecederam as oficinas, estas teriam duração aproximada de duas horas. Neste espaço de tempo, cumpriram-se todos os itens planejados para a apresentação, possibilitando, assim, que se fomentassem momentos de diálogo junto às comunidades. Foi registrada uma série de apontamentos, o que elucida o interesse das populações em discutir o zoneamento e programas propostos para a APA.

Além disso, a presença de outros atores, como o Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo (IEMA), representantes da Petrobrás e do gestor da UC, trouxe contribuições, visto que os mesmos demonstraram se preocupar com a preservação dos modos de vida tradicionais e dos recursos naturais verificados nas áreas de estudo, assim como com a implementação de políticas e ações que visem a melhoria da qualidade de vida da população que reside no território da APA.

A Oficina na Comunidade de Porto Grande, por ser a primeira dos seis encontros programados, será descrita com maiores detalhes, inclusive no que diz respeito às falas iniciais e de apresentação da Equipe Técnica da Lenc e dos representantes dos órgãos e instituições presentes. Como estes momentos foram similares em todas as reuniões, a relatoria dos encontros seguintes focar-se-á, primordialmente, nos apontamentos levantados durante as rodadas de participação.

3.1 OFICINA NA COMUNIDADE DE PORTO GRANDE

Com início previsto para as 8h do dia 19/10, a primeira oficina foi realizada na Comunidade de Porto Grande. Através da articulação fomentada pela visita de divulgação, foi possível mobilizar, previamente, os moradores e lideranças da localidade (cuja população não ultrapassa os 50 habitantes), garantindo, assim, considerável quórum para o encontro: 14 participantes (Apêndice E – lista de presença).

A Equipe Técnica da Lenc Engenharia (ETL), por sua vez, foi composta por quatro membros, responsáveis pelas apresentações, relatorias e registros dos momentos das oficinas. Estavam presentes também o IEMA, Petrobrás e Conselho Gestor da APA Conceição da Barra. As falas iniciais dedicaram-se ao cumprimento a todos os participantes, assim como à apresentação individual da ETL e dos representantes dos órgãos supracitados.

Primeiramente, Roberto Vervloet se apresentou enquanto representante do IEMA, e salientou a importância ambiental da área onde se localiza a comunidade de Porto Grande, afirmando a necessidade de sua conservação. Além disso, discorreu brevemente sobre o fato de que a proposta final de zoneamento deve ser construída a partir do reconhecimento da mesma pelos habitantes da APA. Além destes fatores, colocou papel do Plano de Manejo enquanto documento que pode ser usado pela comunidade para a “cobrar” políticas de Estado.

Sequencialmente, Leila Beatriz, representante da Petrobrás, cumprimentou os presentes, reiterando que o PM, além de visar à preservação dos recursos naturais da região, é visto como uma maneira da Petrobrás devolver algo positivo para Conceição da Barra. As oficinas seriam, pois, os momentos nos quais os moradores veriam os resultados do projeto, podendo, assim, apoderarem-se das informações para propor políticas e ações na região.

Também se apresentaram Tarciley Gonçalves e Jucimar: o antigo e o atual gestor da APA, respectivamente. Ambos retomaram elementos já abordados nas falas anteriores,

como a importância do Plano de Manejo e das oficinas participativas para a consolidação do mesmo.

Alguns moradores solicitaram a palavra e, além de se apresentarem, agradeceram a realização da oficina na comunidade, uma vez que estas iniciativas fazem com que percebam “que não estão esquecidos”.

Feitas as falas iniciais, a oficina seguiu o escopo descrito no item anterior. Ricardo Serra (ETL) foi o responsável pelas explicações acerca do conteúdo programático do encontro, assim como pela retomada das etapas já consolidadas do Plano de Manejo. Em seguida, fez a devolutiva do diagnóstico do Meio Antrópico, apresentando a Matriz FOFA e os principais aspectos relativos à comunidade de Porto Grande.

Quanto ao diagnóstico do Meio Biótico, este foi apresentado por Thais Olitta (ETL). Fernando Jacques (ETL) foi o responsável pela devolutiva do Meio Físico, e pela apresentação do Zoneamento e dos Programas propostos para a APA. Neste momento do encontro, destacou-se a importância da comunidade para a preservação dos recursos naturais existentes na área, uma vez que a ocupação ali verificada gera menores impactos ao meio ambiente.

Expôs-se, aqui, a especialização de Porto Grande nas zonas propostas, estando a comunidade dentro da Zona Restrita à Ocupação. A área, que constitui-se em APP, possui restrições ao seu uso e ocupação. Fez-se mister elucidar que o PM não impõe necessidade de remoções ou desapropriações, mas apenas sugere que a expansão seja controlada nestes territórios.

Findadas as falas expositivas da oficina, deu-se início à rodada de participação, momento no qual poderiam ser colocados os questionamentos, dúvidas e críticas às questões abordadas, além do esperado acréscimo de informações por aqueles que estão diretamente inseridos na UC.

Primeiramente, as intervenções apontaram para os problemas enfrentados com a demarcação das terras da comunidade, uma das principais necessidades no momento. Segundo as falas, já foram realizadas reuniões com o INCRA para a solicitação de documento de posse (regularização fundiária) dos terrenos das famílias, que estão na região há muitos anos.

Neste ponto, o maior temor refere-se à perda de terras para empreendimentos vizinhos: Suzano e FIBRIA (antiga Aracruz Celulose). Roberto Vervloet colocou a necessidade de se convocar o IEMA, órgão ao qual representa, para as reuniões que ainda acontecerão, sejam elas com o INCRA ou com as empresas supracitadas.

O IEMA salientou também o imperativo de fazer com que políticas públicas cheguem à comunidade, reiterando, pois, o compromisso em ajudar na intervenção junto à prefeitura de Conceição da Barra, e na intermediação dos diálogos dos moradores com o poder público ou com outros agentes (estabelecimento de parcerias).

Aqui, novas abordagens foram feitas pela população, como o fato de que a maior parte dos habitantes da comunidade é analfabeta. Assim, a existência de um colégio na região possibilitaria, para quem trabalha, o estudo no período noturno. O saneamento básico aparece, da mesma forma, como deficitário, vista a qualidade da água da área: ruim para o consumo e para a construção. De acordo com os moradores, a prefeitura não cavou os

poços “prometidos”, uma vez que o solo rochoso impediu a perfuração. Todavia, as tubulações da rede pública de abastecimento estão localizadas a aproximadamente 1 quilômetro, o que, teoricamente, deveria facilitar a vinda do serviço para a localidade.

Em sequência, foi apontada a demanda por apoio às festas e manifestações culturais da localidade. Segundo os moradores, as tradições folclóricas, como o Reis de Boi e o Jongo de Cosme e Damião, enfrentam dificuldades todos os anos tanto para a aquisição dos materiais e montagem das apresentações quanto para trazer visitantes e outros grupos para participar das festividades. Assim, postula-se o fortalecimento de suas tradições enquanto um imperativo para a preservação do patrimônio cultural ali verificado.

Voltando ao zoneamento, indagou-se sobre a relação do Plano de Manejo com o Plano Diretor (PDM) de Conceição da Barra. Segundo os representantes do IEMA, o PDM levará em consideração as delimitações propostas pelo PM, de modo que as informações serão levadas ao poder público para que este reconheça as características da APA, garantindo o respeito às atividades específicas desenvolvidas na mesma, como a pequena produção rural.

Finalizando a oficina, Ricardo Serra (ETL) reiterou a necessidade de que sejam implementados canais de comunicação entre os atores inseridos na UC, como as próprias comunidades, os gestores e o IEMA. Daí a importância dos Programas de Gestão Intra-institucional. Além disso, reforçou-se o papel dos Programas de Gestão Interinstitucional, a partir dos quais podem ser estabelecidos diálogos e parcerias com outros agentes, como a prefeitura de Conceição da Barra.

As demandas das comunidades devem, pois, serem incorporadas às discussões realizadas nas instâncias de poder, sejam elas locais, regionais e estaduais. Sendo assim, ao serem colocadas as ideias e necessidades da população no documento final do Plano de Manejo, espera-se que o mesmo possa ajudar na implementação de projetos, programas e políticas públicas que tragam melhorias à qualidade de vida daqueles que ocupam a área.

Somando-se a isto, destaca-se a importância do Conselho Gestor e da própria comunidade para a verificação/averiguação de que novas práticas ou iniciativas - que possam vir a incidir na região – sejam condizentes às diretrizes formuladas para a UC.

Por fim, foi dado o informe sobre a futura elaboração da cartilha do Plano de Manejo, instrumental formulado para que haja o entendimento do PM, podendo ser utilizado, futuramente, para a busca de melhorias e preservação dos recursos naturais existentes na APA.



Foto 3.1-1 – Participantes Reunidos no Local da Oficina



Foto 3.1-2 – Intervenção de Participante



Foto 3.1-3 – Fala de Roberto Vervloet(IEMA)



Foto 3.1-4 – Fala de Jucimar – gestor da APA



Foto 3.1-5 – Apresentação do Meio Antrópico por Ricardo Serra (ETL)



Foto 3.1-6 – Apresentação do Meio Biótico por Thaís Olitta (ETL)



Foto 3.1-7 – Apresentação do Meio Físico, Zoneamento e Programas por Fernando Jacques (ETL)



Foto 3.1-8 – Fala de Osmara – moradora da comunidade de Porto Grande

3.2 OFICINA NA COMUNIDADE DE LAGE/LAGINHA

Seguindo o modelo adotado para as outras oficinas, o encontro em Lage/Laginha, ocorrido no dia 19/10 no período da tarde, teve início com a apresentação da Equipe Técnica da Lenc e dos representantes dos órgãos ali presentes: IEMA, gestor da APA e Petrobrás, que realizaram falas breves para cumprimentar aos moradores da comunidade. No total, 37 pessoas participaram da reunião (Apêndice F)

Ricardo Serra (ETL) iniciou as atividades, retomando questões referentes à própria APA, ao Plano de Manejo e suas etapas, e à necessidade de se fomentar a participação das populações inseridas no território da UC na construção, elaboração e implementação do PM. Cumpridas tais descrições, o diagnóstico do Meio Antrópico foi apresentado, trazendo também a devolutiva da Matriz FOFA de Lage/Laginha, assim como as principais características da localidade. As explanações sobre o Meio Biótico estiveram a cargo de Thais Olitta (ETL), enquanto que o Meio Físico, a Proposta de Zoneamento e os Programas foram contemplados pelas falas de Fernando Jacques (ETL).

Finalizada a primeira etapa, foi aberta a rodada de participação. Primeiramente, verificou-se uma série de manifestações a respeito dos déficits existentes no acesso a políticas e serviços públicos. Sendo assim, levantaram-se as urgências em se promover melhorias no transporte, saúde, educação e saneamento da região. Estando mais próxima à sede de São Mateus, mas pertencendo, territorialmente, à Conceição da Barra, a comunidade enfrenta problemas com a falta de assistência por parte do poder público do município ao qual está vinculada.

Sobre a mesma questão, as falas posteriores afirmaram o papel que os próprios moradores de Lage/Laginha devem exercer na cobrança por melhorias. Para tal, apontou-se o imperativo de se fomentar a união dentro da própria área, para que, conjuntamente, a comunidade venha a dialogar com as instâncias de poder de Conceição da Barra.

Retomando as dificuldades de se ter acesso a serviços públicos, o transporte aparece enquanto um dos principais problemas para os habitantes, principalmente para aqueles que moram afastados do Rio Cricaré. Tal dificuldade advém da ausência de linhas de transporte coletivo, o que dificulta o deslocamento às sedes municipais (principalmente para a busca por serviços de saúde, comércio, bancos, dentre outros). Os pontos onde passam os ônibus escolares também ficam relativamente distantes, fazendo com que os alunos tenham de caminhar consideráveis distâncias para conseguir ir à escola.

Quanto à educação, a ausência de creche impede que as mulheres trabalhem para complementar as rendas familiares. Daí o ensejo pela construção de tal equipamento dentro da própria comunidade. Em conversa com alguns moradores, afirmou-se que existe um prédio construído no qual já funcionou uma escola. Todavia, esta foi fechada devido à ausência de professores “dispostos” a se deslocar até a região, uma vez que a prefeitura não oferece transporte.

Outros pontos levantados dizem respeito à falta de iluminação pública (problema este que, segundo as lideranças comunitárias, será resolvido pela prefeitura até o mês de

dezembro do presente ano), à ausência de um posto de saúde e à necessidade de se melhorar os acessos à região (visto que alguns pontos das estradas de terra ficam intrafegáveis durante os períodos das chuvas).

Quando indagados sobre o próprio zoneamento, os participantes afirmaram que as explanações possibilitaram a compreensão da proposta apresentada, de modo que não havia dúvidas a serem sanadas naquele momento.

Sob tal perspectiva, encaminhou-se para o término da oficina. Neste momento, Roberto Vervloet (IEMA) pontuou que o Plano de Manejo não pode resolver todos os problemas enfrentados pela região, já que não possui força de lei. Entretanto, deve servir enquanto um documento que endosse as principais demandas das populações junto às instâncias responsáveis pela implementação de políticas públicas que deem aos moradores o acesso a seus direitos básicos, essenciais à manutenção da qualidade ambiental da área.

Além disso, a ETL salientou a importância dos Programas Intrainstitucionais enquanto mecanismos que venham a fomentar a aproximação da comunidade com o gestor da UC. Este que, assim como o IEMA, se comprometeu em levar aos órgãos competentes as solicitações ali elencadas, dando ênfase à comunicação que deve existir entre as partes (atores) envolvidos na gestão da APA.

Por fim, Ricardo Serra (ETL) reiterou a futura elaboração da Cartilha do Plano de Manejo, documento que pretende facilitar a assimilação do conteúdo do PM, de modo que a população possa utilizá-lo enquanto referencial para a busca de melhorias e para a conservação dos atributos da APA.



Foto 3.2-1 – Participantes Reunidos no Local da Oficina



Foto 3.2-2 – Conversa entre Roberto Vervloet (IEMA), Jucimar (gestor da APA) e morador da comunidade



Foto 3.2-3 – Apresentação do Meio Antrópico por Ricardo Serra (ETL)



Foto 3.2-4 – Apresentação do Meio Biótico por Thaís Olitta (ETL)



Foto 3.2-5 – Apresentação do Meio Físico, Zoneamento e Programas por Fernando Jacques (ETL)



Foto 3.2-6 - Início da Rodada de Participação

3.3 OFICINA NA COMUNIDADE DE SANTANA

Marcada para o período noturno do sábado (19/10), a oficina que na comunidade de Santana não ocorreu devido à ausência de participantes. Na ocasião, estava presente apenas uma representante da prefeitura de Conceição da Barra. Desta forma, a não existência de quórum inviabilizou o encontro.

Nesta conjuntura, o momento foi aproveitado para que a Equipe Técnica da Lenc, junto ao gestor da APA e aos representantes do IEMA e da Petrobras, fizessem considerações acerca das duas oficinas já consolidadas. Primeiramente, Roberto Vervloet (IEMA) dimensionou a importância destas reuniões, ressaltando a participação quantitativa e qualitativa dos membros das comunidades.

Destacou-se também a possível delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social na proposta de zoneamento, tendo em vista as principais demandas das populações: infraestrutura e serviços públicos no geral. Além disso, foi colocada em evidência a riqueza histórica e cultural das comunidades, assim como o papel destas para a conservação dos recursos naturais da APA. Como indicativos, levantou-se a possibilidade de se fomentar na região certas iniciativas/políticas, exemplificados pelo Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), projetos de reflorestamento e de recuperação ambiental.

Sequencialmente, os modos de vida tradicionais existentes entre populações que ocupam a UC despertaram especial atenção, principalmente pelo fato dos moradores empenharem grandes esforços para a manutenção destes modelos, caracterizados por atividades como a pesca e a realização de manifestações culturais centenárias. Assim, levantaram-se possibilidades de se buscar projetos e programas direcionados a comunidades tradicionais.

Por último, os presentes discutiram sobre a importância de se agregar as lideranças comunitárias ao Conselho Gestor da APA, de modo a torná-lo um espaço com representatividade efetiva a partir da inserção da sociedade no mesmo.



Foto 3.3-1 e 3.3-2 – Conversa e considerações sobre as oficinas – IEMA, Petrobrás, Conselho Gestor e Petrobrás

3.4 OFICINA NA COMUNIDADE DE BARREIRAS

A oficina em Barreiras foi realizada no período da manhã do domingo (20/10), contando com a presença de aproximadamente 30 participantes (Apêndice G). O encontro (que seguiu o escopo descrito nos itens anteriores) teve início com a apresentação da Equipe Técnica da Lenc, do gestor da APA e dos representantes do IEMA e Petrobrás, que se utilizaram de falas sucintas para cumprimentar aos moradores da comunidade.

No momento ulterior, Ricardo Serra (ETL) fez a retomada de questões referentes à criação da APA e seus objetivos, ao Plano de Manejo e suas etapas, e à necessidade de se garantir a participação das populações inseridas no território da UC em todos os processos de construção, elaboração e implementação do PM. Feitas as devidas contextualizações, apresentou-se o diagnóstico do Meio Antrópico e a devolutiva da Matriz FOFA de Barreiras; conjuntamente, elencaram-se as principais características da localidade. O Meio Biótico foi descrito Thais Olitta (ETL), enquanto que o Meio Físico, a Proposta de Zoneamento e os Programas foram detalhados por Fernando Jacques (ETL).

Aberta a rodada de participação, os moradores indagaram, inicialmente, sobre qual órgão procurar quando se pretende realizar ações sobre o território da região. A resposta foi dada por Roberto Vervloet (IEMA), segundo o qual o Conselho Gestor deve ser sempre notificado, sendo também possível a interlocução junto à prefeitura do município e ao próprio IEMA

Em sequência, abordou-se o problema da realização de queimadas em áreas na beira do Rio Cricaré. Neste ponto, a Equipe Técnica da Lenc reiterou que o poder público tem a obrigatoriedade de fiscalizar ações nocivas aos habitantes da APA e à qualidade ambiental da mesma, da mesma forma que os próprios moradores devem ajudar na fiscalização de atividades irregulares.

Além disso, seria também função do município fomentar políticas e serviços que contemplem as necessidades das populações. Novamente, foi dado destaque ao imperativo de se estruturar articulações junto ao CG e ao IEMA para que estes ajudem a levar tais demandas às instâncias de poder.

As falas subsequentes convergiram à listagem dos principais problemas estruturais identificados em Barreiras, como o abastecimento de água e a preocupação com os serviços de saúde dentro da comunidade (ausência de UBS e equipamentos apropriados para consultas médicas). No que concerne às questões ambientais propriamente ditas, levantou-se que as barreiras – que dão nome ao local – estão desaparecendo, seja por processos erosivos naturais seja por aqueles ocasionados pela própria ação antrópica.

Sobre este assunto, mencionou-se que o “desbarrancamento” do rio Cricaré ameaça as moradias de algumas famílias, que ensinam por orientação para que o problema possa ser corrigido: “A comunidade é antiga, e não pode desaparecer” – fala de participante.

Informação relevante refere-se ao fato de que muitos moradores não compareceram à oficina em consequência de rumores que afirmavam que a mesma seria realizada para que o IEMA penalizasse as populações através de multas e da imposição de restrições. Assim, colocou-se a urgência em garantir que os participantes recebam maiores informações sobre

os assuntos a serem tratados nas reuniões, do mesmo modo em que se faz mister que conheçam seus direitos e deveres. Neste patamar da conversa, o IEMA reiterou a informação de que o Plano de Manejo não é imperativo, mas que se constitui enquanto ferramenta cujo intuito primordial é fomentar o desenvolvimento das localidades em consonância com a preservação de seus atributos ambientais.

Seguindo a temática territorial, novos apontamentos indagaram sobre as possíveis proibições quanto à venda de terras pelos proprietários da região, visto que as atividades econômicas usuais encontram-se em decadência, como a cata do caranguejo e a pesca (“caranguejo está difícil” – fala de participante). Em relação aos respectivos apontamentos, a Equipe Técnica da Lenc reafirmou que o Plano de Manejo não é nem será um ordenamento jurídico autônomo, devendo, pois, respeitar as legislações atribuídas pelas instâncias municipal, estadual e nacional.

Complementando esta visão, Roberto Vervloet (IEMA) atentou para o fato de que os diálogos estabelecidos neste momento são o processo inicial para que possam ser discutidas as demandas e problemas das populações que habitam a APA. Além disso, reitera que toda intervenção seja comunicada ao IEMA, a fim de que transtornos futuros sejam evitados por meio da fiscalização e autorizações concedidas dentro dos trâmites estabelecidos pelas legislações específicas.

Ao findar da oficina, a Equipe Técnica da Lenc e o IEMA destacaram a importância da participação dos moradores da comunidade na construção do Plano de Manejo, uma vez que este pressupõe que nele sejam incorporadas as ideias e demandas das populações inseridas nos territórios da APA.

Encaminhou-se, pois, para o término do encontro, informando aos partícipes sobre a futura elaboração da Cartilha do PM, cujo conteúdo destina-se à assimilação de principais aspectos e diretrizes postuladas para a orientação do desenvolvimento sustentável da área, podendo, assim, ser utilizado enquanto material de referência para a busca por melhorias e para a preservação dos recursos existentes nestas porções do território de Conceição da Barra.



Foto 3.4-1 – Participantes Reunidos no Local da Oficina



Foto 3.4-2 – Apresentação do Meio Antrópico por Ricardo Serra (ETL)



Foto 3.4-3 – Apresentação do Meio Biótico por Thaís Olitta (ETL)



Foto 3.4-4 – Apresentação do Meio Físico, Zoneamento e Programas por Fernando Jacques (ETL)

3.5 OFICINA NA COMUNIDADE DE MELEIRAS

No período da tarde da segunda-feira (21/10), foi realizada penúltima oficina na comunidade de Meleiras, que contou com aproximadamente 45 participantes (Apêndice H). O encontro, assim como nas reuniões anteriores, foi iniciado com a apresentação da Equipe Técnica da Lenc, do gestor da APA e dos representantes do IEMA e Petrobrás, que, em discursos breves, cumprimentaram os moradores ali presentes. Estiveram presentes

também a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Conceição da Barra e a Polícia Ambiental do Espírito Santo.

Dando prosseguimento às atividades programadas, Ricardo Serra (ETL) retomou as questões referentes à criação da APA e seus objetivos, ao Plano de Manejo e suas etapas, e à imperiosidade de se viabilizar a participação das populações inseridas no território da UC em todos os processos que integram a construção, elaboração e efetivação do PM. Sequencialmente às considerações feitas, Paulo Scurato (ETL) apresentou o diagnóstico do Meio Antrópico e a devolutiva da Matriz FOFA de Meleiras; de maneira concomitante, levantaram-se os aspectos mais característicos da localidade. Os meios Biótico e Físico foram descritos por Thais Olitta (ETL). Já a apresentação da Proposta de Zoneamento e dos Programas esteve à cargo de Ricardo Serra (ETL).

Finalizadas as falas supracitadas, iniciou-se a rodada de participação, na qual os primeiros apontamentos diziam respeito ao fato de que a água (advinda de poços) consumida na população não é potável. Tal problema tem origem, segundo os moradores, na própria qualidade do solo da área, que possui características ferruginosas.

Em sequência, as intervenções focaram-se em aspectos populacionais. Aqui, foi destacada a possível perda das riquezas histórico-culturais da comunidade. Como exemplo, citou-se que os filhos de pescadores desconhecem e se afastam, cada vez mais, dos meios e das atividades de pesca.

Quanto aos usos e práticas recomendados ou que devem ser evitados na área (apresentados pela proposta de zoneamento), colocou-se a necessidade de que estas “normas” sejam registradas para que os moradores possam se apoderar melhor das informações quando procurarem órgãos como o IBAMA ou o IEMA. Neste ponto, respondeu-se que o Plano de Manejo será um documento público, cujo conteúdo poderá ser acessado por toda a população. Além disso, foi destacada a elaboração da cartilha, que também servirá de material de consulta.

A Polícia Ambiental, ao comentar sobre a atual situação do uso e ocupação do território de Meleiras, afirmou que a localidade esteve “esquecida” pelos órgãos públicos durante considerável período. Neste ínterim, surgiu grande interesse pela compra de terras por terceiros. Desta forma, aumentou-se a supressão dos atributos naturais da área, assim como houve incremento no número de habitantes da região. Todavia, tal processo não foi acompanhado do fornecimento (pelo poder público) de infraestruturas, equipamentos e serviços necessários para a melhoria da qualidade de vida das populações. Sendo assim, os problemas já existentes foram potencializados. Na mesma fala, indagou-se sobre a possibilidade de haver Pagamento por Serviços Ambientais caso os próprios moradores se empenhem na preservação dos recursos naturais da APA.

Na linha dos comentários sobre o território de Meleiras, levantou-se que um decreto municipal transformou certas porções das comunidades (onde há consolidação de aglomerados urbanos) em áreas urbanas. Este fato, segundo os moradores, deve ser revisto, uma vez que tal caracterização pode vir a prejudicar a manutenção dos atributos ambientais da área, devendo, pois, haver um zoneamento que traga especificações claras em relação do uso e ocupação do solo no município. Aqui, levantou-se, pelo representante da prefeitura, que o zoneamento do PM será “aproveitado” pelo Plano Diretor de Conceição de Barra.

Sob esta perspectiva, outros moradores reiteraram a fala descrita acima, complementando-a com a necessidade de o poder público trazer benefícios para a área (como o asfalto). Afirmou-se que muitos habitantes tem o intuito de vender terras ou montar negócios para dar impulso ao desenvolvimento de atividades econômicas e turísticas na região, havendo, pois, a demanda por orientações e apoio para projetos, obtenção de licenças e trâmites burocráticos.

Como resposta, avaliou-se a importância das associações e da organização social para a proposição de ações e diretrizes. O Conselho Gestor é também descrito como um espaço de consulta e agregação de atores e seus respectivos pleitos; a partir do mesmo, almeja-se que as demandas possam ser reforçadas e levadas aos órgãos públicos competentes.

A Equipe Técnica da Lenc, levando em consideração os apontamentos feitos, concluiu ser necessário pensar, além de padrões ambientais, diretrizes urbanísticas nos planos e programas sugeridos para a gestão da UC.

A partir desta abordagem, novas colocações acerca do parcelamento do solo na área da comunidade foram postas, dando-se ênfase à indagação sobre a possibilidade do Plano de Manejo fazer referência à expansão ordenada. De acordo com os participantes que fizeram as respectivas falas, a vida das populações da região é consideravelmente difícil (falta de recursos), de modo que o asfaltamento do acesso à Meleiras dará impulso ao turismo e à valorização imobiliária, fazendo com que os moradores sintam-se inclinados a vender seus imóveis. Assim, almeja-se que o PM contenha diretrizes para o ordenamento da expansão urbana em certos espaços dentro da APA, prezando pela garantia da “exploração” imobiliária dentro de bases legais.

Em razão das percepções gerais sobre o crescimento desordenado, afirma-se a obrigação da prefeitura revisar o Plano Diretor do Município, no qual as delimitações das zonas previstas devem levar em consideração as realidades e desafios vividos pela população. Além disso, ressalta-se que tais processos devem ser feitos em conjunto com os moradores da comunidade para que os mesmos possam colocar suas visões e demandas acerca dos projetos e programas que serão pensados para a APA.

Voltando para as questões ambientais, a poluição do Rio Cricaré é apontada enquanto um dos principais problemas enfrentados, visto que poucos municípios que ficam ao longo de seu curso possuem coleta e tratamento de resíduos. Assim, os esgotos jogados à montante são as causas primordiais de sua degradação. Fala específica direcionou-se à Petrobrás, colocando a participação desta em episódios nos quais se realizou o estouro de bombas no curso d’água.

A fiscalização das atividades pesqueiras mostrou preocupar considerável parte da população. Segundo as falas, o IBAMA fez novo cadastramento de pescadores; todavia, com o atraso da chegada das carteirinhas, há o temor de que sejam aplicadas multas. Neste ponto, a ETL reafirma que o Plano de Manejo será um documento a mais para o reconhecimento da pesca e de sua importância para as comunidades, salientando também que o cadastramento junto aos órgãos competentes deve ser feito para evitar possíveis ações corretivas/punitivas.

Por fim, foi registrada nova menção acerca do parcelamento do solo da área. Nesta, indagou-se sobre quais meios devem ser utilizados para que se obtenha a “liberação” de certos territórios junto aos órgãos competentes. Em resposta, o IEMA reafirmou que todo e qualquer empreendimento imobiliário deve ser licenciado para que se garanta a presença de

estruturas básicas, como iluminação pública e acesso à rede de água. Em complementação, afirmou-se que é possível a existência de loteamentos na APA, desde que os mesmos atendam às condicionantes estabelecidas pelas legislações que incidem sobre os territórios em análise. Sendo assim, as áreas nas quais a ocupação é restrita ou proibida devem continuar a ser respeitadas.

O órgão estadual também salientou que o turismo (ecológico e cultural), do mesmo modo que traz benefícios, pode também ocasionar prejuízos, como a degradação ambiental e processos de expansão desordenada, fazendo-se mister que seja realizado um bom planejamento.

Finalizadas as solicitações de fala, a oficina encaminhou-se para o seu término. Neste momento, a Equipe Técnica da Lenc e o IEMA discorreram, brevemente, sobre a participação dos moradores da comunidade, fator essencial para construção do Plano de Manejo. Por fim, explanou-se, de maneira sucinta, sobre a futura elaboração da Cartilha do PM, destinada à assimilação do conteúdo e diretrizes contidos no documento, prevendo, assim, a sua aplicabilidade para a orientação do desenvolvimento sustentável da APA.



Fotos 3.5-1 e 3.5-2 – Participantes Reunidos no Local da Oficina



Foto 3.5-3 – Apresentação dos Meios Biótico e Físico por Thaís Olitta (ETL)



Foto 3.5-4 – Apresentação do Meio Físico, Zoneamento e Programas por Ricardo Serra (ETL)

3.6 OFICINA NA SEDE DE CONCEIÇÃO DA BARRA – BAIRRO SANTO AMARO

No período noturno do dia 21/10 (segunda-feira), realizou-se, no Bairro de Santo Amaro, a última das seis oficinas programadas para as comunidades da APA. Cabe ressaltar que, no mesmo local do encontro, aconteciam atividades da Agenda 21 do município. Desta forma, a partir de conversa com os articuladores do evento, pôde-se agregar o público de ambas as reuniões, contribuindo, pois, para a garantia de quórum elevado.

Compuseram a oficina cerca de 50 participantes (Apêndice I), dentre os quais se encontravam a vice-prefeita, o secretário de Meio Ambiente de Conceição da Barra, um representante da Câmara Municipal e a Suzano Papel e Celulose S.A.

Conforme ocorrido nas outras localidades, o encontro foi iniciado com a apresentação da Equipe Técnica da Lenc, do gestor da APA e dos representantes do IEMA e Petrobrás, que, em falas breves, cumprimentaram os moradores e autoridades ali presentes.

Prosseguindo o conteúdo da oficina, Ricardo Serra (ETL) abordou questões concernentes à criação da APA e seus objetivos, ao Plano de Manejo e suas etapas, e à importante participação das populações inseridas no território da UC em todos os processos que envolvem a elaboração e consolidação do PM. Sequencialmente, Paulo Scurato (ETL) apresentou o diagnóstico do Meio Antrópico e a devolutiva da Matriz FOFA de Santo de Santo Amaro. Os meios Biótico e Físico estiveram a cargo de Thais Olitta (ETL), enquanto que a apresentação da Proposta de Zoneamento e dos Programas foi feita por Ricardo Serra (ETL).

Feitas as devidas explanações, abriu-se a rodada de participação. A primeira abordagem referiu-se às áreas utilizadas por empresas da região. De acordo com o vereador Hermes, os empreendimentos citados impedem que a população (pescadores) tenha acesso a certos territórios que, na maioria dos casos, são públicos. O mesmo interlocutor ressalta o fato de que muitos moradores não possuem a escritura de suas terras, o que pode os deixar em situação de vulnerabilidade. Além disso, caso ocorram processos de desocupação de residências irregulares (principalmente daquelas localizadas às margens do Rio Cricaré), levanta-se a dúvida de saber em quais espaços as pessoas seriam realocadas, inferindo-se, pois, que devem ser elaboradas propostas e programas dedicados ao remanejamento territorial destas populações.

Ao tratar de assunto semelhante, o secretário de Meio Ambiente André Tebaldi afirmou haver no município quadro considerável de expansão de construções inadequadas em áreas de mangue, sendo necessário buscar soluções para os moradores que habitam tais espaços. Projeta-se a estruturação de Parque Linear no território em referência, assim como o possível estabelecimento da “Rota do Manguezal”, com ciclovia e outros pontos de lazer.

Mencionou-se, aqui, que as legislações específicas devem ser seguidas; fato que pode ser visualizado pela entrada do Ministério Público com ação civil para a desapropriação de 5 mil pessoas. A prefeitura afirma que trabalhará para a reversão da sentença - caso esta seja ganha pelo MP -, propondo a busca pela efetivação de estruturas e políticas que possibilitem a preservação da área em consonância com a manutenção das pessoas na localidade.

Ao final de sua fala, André Tebaldi elucidou que a revisão do PDM de Conceição da Barra deverá acontecer por meio da articulação e diálogo junto a outras secretarias e às comunidades, a fim de que seja incorporada boa parte do que foi desenvolvido no zoneamento da APA.

Quanto aos aspectos ambientais, novas falas direcionaram-se à presença, no Bairro de Santo Amaro, de muitos pescadores e catadores de caranguejo, postulando-se a preocupação com os problemas que a ação antrópica pode ocasionar no rio Cricaré e seus manguezais, fontes de sustento de várias famílias. Com isto, coloca-se o ensejo para que a comunidade se envolva em projetos e ações que fomentem a consciência ambiental dos habitantes dos limites e entornos da UC.

Dentre os apontamentos restantes, destacam-se aqueles referentes às dificuldades quanto à infraestrutura e serviços públicos. Neste ponto, levantou-se a ausência de áreas de lazer (campo de futebol para as crianças), uma vez que o único ponto de recreação no bairro é a quadra da escola; e a necessidade de melhorias no saneamento básico (acesso à rede de abastecimento de água e coleta de esgoto).

Sem mais pedidos de fala, Ricardo Serra (ETL) e Roberto Vervloet (IEMA) reafirmaram a grande importância da população enquanto agente da elaboração do Plano de Manejo. Além disso, as articulações intra e interinstitucionais foram postas como ferramentas a serem usadas para a busca de melhorias e resoluções dos problemas estruturais e ambientais que, de maneira geral, são comuns a várias comunidades.

Finalizando o encontro, discorreu-se sobre a elaboração da Cartilha do PM, na qual estarão contidas os conteúdos e diretrizes do PM, servindo, pois, de documento de referência para a consulta e obtenção de informações sobre a APA, seus atributos, populações e diretrizes de uso e ocupação do solo sugeridas pelo zoneamento.



Fotos 3.6-1– Participantes Reunidos no Local da Oficina



Fotos 3.6-2 – Apresentação do Meio Antrópico por Paulo Scurato (ETL)



Fotos 3.6-3 – Apresentação dos Meios Biótico e Físico por Thaís Olitta (ETL)



Fotos 3.6-4 – Apresentação do Meio Físico, Zoneamento e Programas por Ricardo Serra (ETL)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das descrições contidas nos itens anteriores, torna-se possível fazer a avaliação qualitativa das oficinas como um todo, podendo-se depreender que, de maneira geral, os encontros realizados seguiram o escopo metodológico programado, conseguindo, assim, cumprir com as etapas de apresentação e discussões acerca do zoneamento e dos programas da APA Conceição da Barra.

Quanto à participação das populações, elemento essencial de cada encontro, observou-se o considerável interesse dos moradores em discutir as realidades postas em evidência pelo diagnóstico e pela proposta de zoneamento. Nestas ocasiões, puderam-se identificar as principais demandas, problemas e dificuldades enfrentadas por aqueles que estão inseridos na UC.

Assim, percebe-se que muitas questões são comuns à boa parte das comunidades, como os déficits no acesso à infraestrutura e serviços públicos: transporte, saúde, educação e saneamento básico. Outros denominadores comuns agregam a preocupação em se preservar a riqueza histórica e cultural da região (muitas vezes centenários) e os modos de vida tradicionais. Neste ponto, a conservação dos recursos naturais das áreas, principalmente o Rio Cricaré, torna-se imperiosa para que as populações que dele obtêm seu sustento possam manter-se nos espaços que ocupam, garantindo, pois, a perenidade das características que moldam suas práticas habituais.

Os riscos relativos à expansão urbana desordenada e à especulação imobiliária também foram relatados, visto que a ocorrência de tais processos pode gerar prejuízos sociais, econômicos e, principalmente, ambientais à região.

Por fim, as presenças dos gestores da APA e dos representantes do IEMA e da Petrobrás promoveram maior aproximação destes atores com as populações locais, o que pôde ser demonstrado pela pré-disposição recíproca de abertura de novos canais de diálogo e cooperação entre os envolvidos na consolidação do Plano de Manejo da APA Conceição da Barra.

APÊNDICES

Apêndice A – Cartaz de Divulgação das Oficinas

Você está convidado a participar do Plano de Manejo da APA Conceição da Barra



Reunião sobre Percepção Ambiental

Levantamento da visão dos participantes sobre
a APA Conceição da Barra

Dia: 04/ 11/ 2012 - Domingo

Horário: 14:00h

Local: Escola

Bairro: Barreiras

Conceição da Barra/ES

Sua participação é muito importante!



Apêndice B – Convites para as Oficinas

Você está convidado a participar do Plano de Manejo da APA Conceição da Barra



Reunião sobre Zoneamento Ambiental

Dia: 19/10/2013 - Sábado

Horário: 8:00h

Local: Galpão do Folclore

Bairro: Porto Grande

Conceição da Barra/ES

Sua participação é muito importante!



Apêndice C –Carta de Apresentação das Oficinas

Olá,

Seja bem vindo(a) à Oficina de Zoneamento do Plano de Manejo da ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) CONCEIÇÃO DA BARRA. Agradecemos pela sua presença, que é essencial para a elaboração e consolidação deste plano.

Para o encontro de hoje, foram preparadas algumas atividades, que serão detalhadas pela Equipe Técnica da Lenc no período inicial da oficina.

Para oficina de hoje iremos apresentar a Proposta de Zoneamento do Plano de Manejo da APA Conceição da Barra.

✓ O quê é o zoneamento da APA Conceição da Barra?

Zoneamento é uma técnica de planejamento que tem como objetivo delimitar geograficamente áreas territoriais, visando estabelecer regimes especiais de intervenção, posse, uso, ocupação e gozo da propriedade. O Zoneamento não determina ações obrigatórias, mas orienta e subsidia a tomada de decisões

O Zoneamento pode ser entendido como um diagnóstico da situação ambiental, social e econômica com o objetivo de identificar os potenciais e as vulnerabilidades de um determinado território e propor ações políticas e programas de governo para orientar o desenvolvimento do mesmo

A partir destas questões, apresentaremos, rapidamente, o que já foi realizado nas etapas anteriores, trazendo informações sobre o diagnóstico socioambiental das áreas abrangidas pela APA.

Assim, ao final deste primeiro momento, será apresentada a Proposta de Zoneamento da APA Conceição da Barra. Para isto, pretendemos, principalmente, explicar como se chegou aos resultados expostos, facilitando a compreensão de todo o projeto descrito.

Em sequência, será aberta uma rodada de participação, momento no qual todos os presentes na oficina poderão colocar seus pontos de vista, requisitar esclarecimentos e apontar críticas e sugestões.

Após esta etapa, e já finalizando o encontro, apresentaremos o Programa de ações propostas para que o Plano de Manejo possa ser um instrumento efetivo para a proteção

dos atributos naturais existentes na APA. Mais um vez, estaremos abertos a esclarecimentos, críticas e sugestões, contando com as contribuições dos participantes da oficina.

Por fim, serão relatados, brevemente, os encaminhamentos do encontro, registrando, assim, as principais questões debatidas durante as atividades.

Cronograma da Oficina de Zoneamento

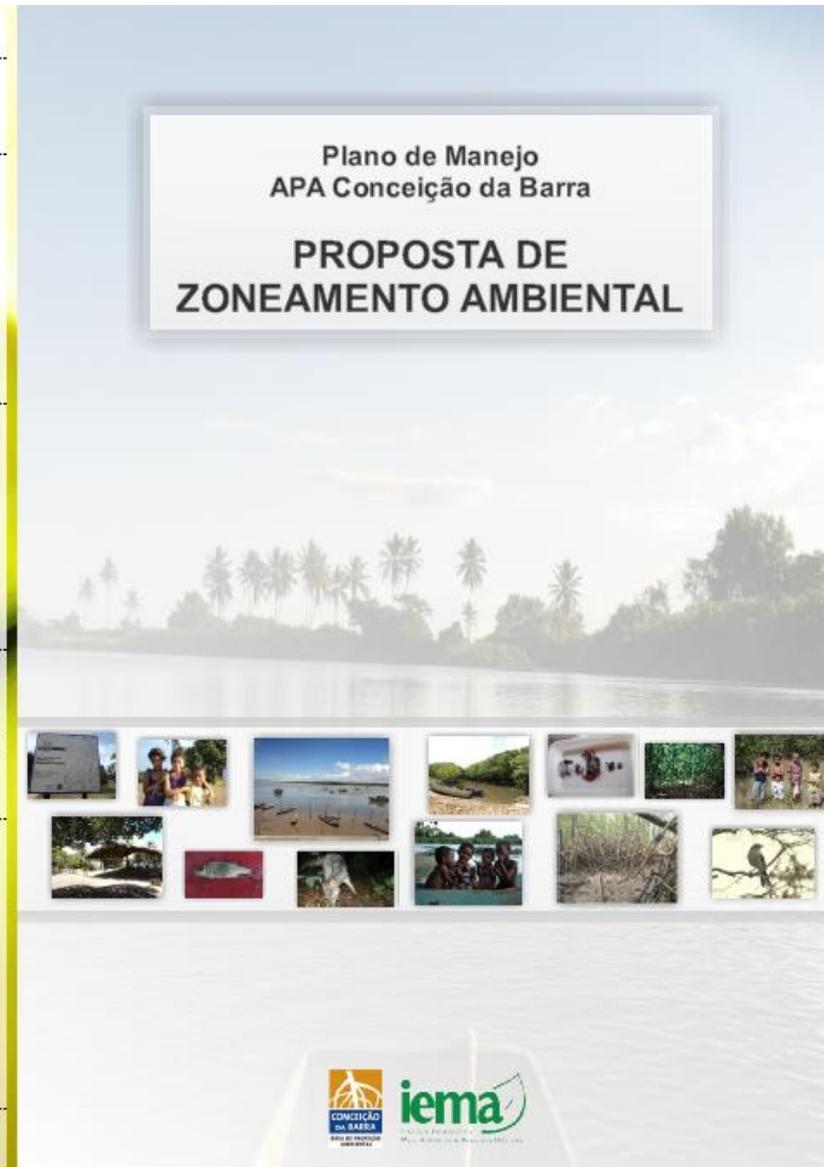
Período (min)	Atividade
0 – 10	Apresentação inicial: Plano de Manejo, Etapas, Agentes Envolvidos
10 – 30	Apresentação do Diagnóstico Socioambiental da APA
30 - 50	Apresentação da Proposta de Zoneamento
50 - 80	Rodada de Participação: Dúvidas, Críticas, Sugestões e Esclarecimentos
80 – 95	Apresentação dos Programas Propostos para a APA
95 - 120	Encaminhamentos da Oficina

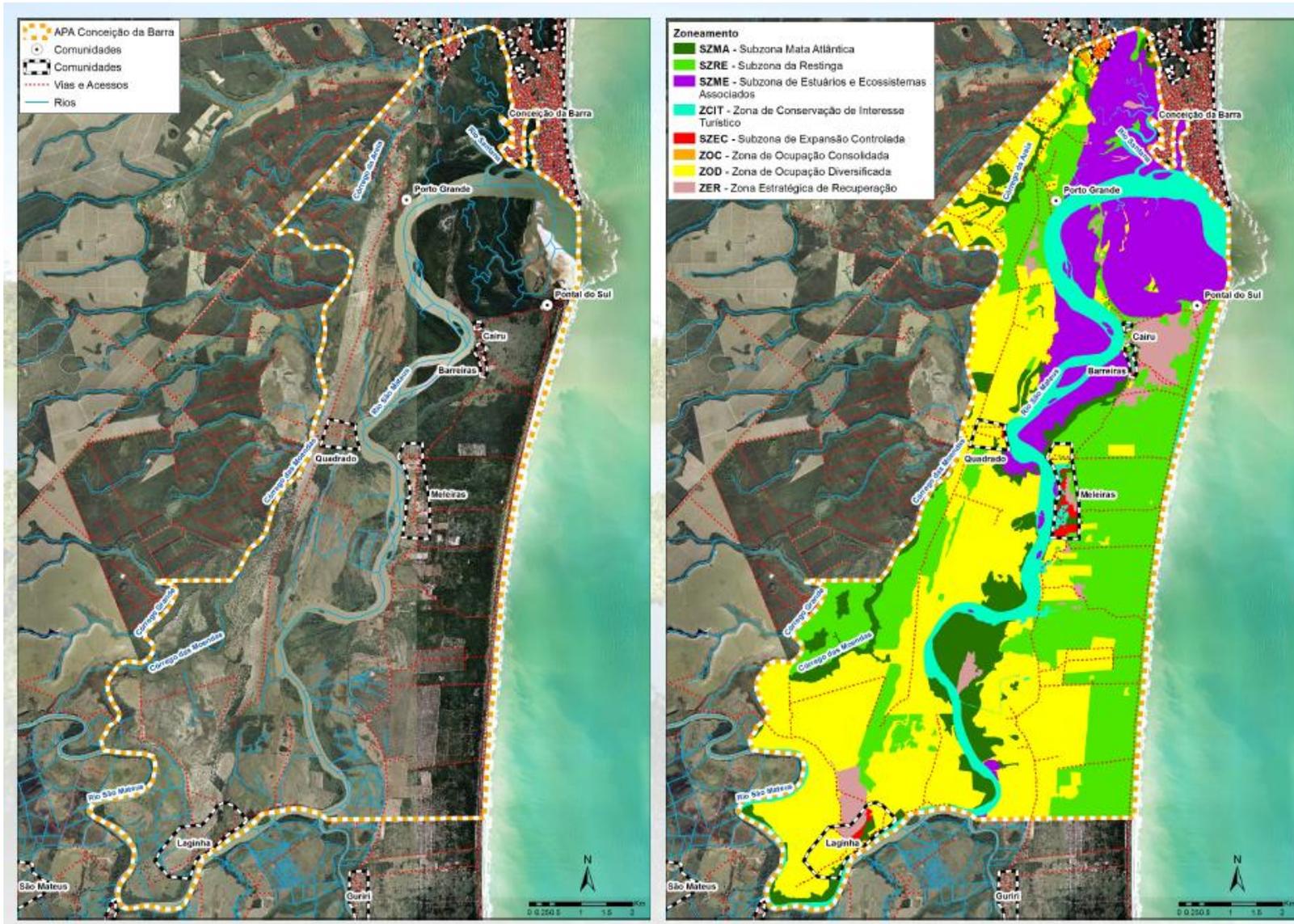
Atenciosamente,

Equipe Técnica – Lenc Engenharia

Apêndice D – Folheto Distribuído aos Participantes das Oficinas

	Usos Incentivados e Permissíveis	Usos Restritos
Subzona de Mata Atlântica	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do turismo; - Coleta de sementes, plantas para uso medicinal, frutos, produção de mudas de espécies nativas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Corte de vegetação sem autorização; - Queimada; - Caça; - Lançamento de esgoto; - Deposição de resíduos (lixo).
Subzona de Restinga		
Subzona Estuarina e Ecossistemas Associados	<ul style="list-style-type: none"> - Ponto de apoio para embarcações, de pesca artesanal e para turismo; - Aquicultura (reprodução e engorda); - Pesca artesanal realizada de forma sustentável; - Cadastro dos pescadores que utilizam o estuário do Rio São Mateus, de forma a promover a pesca sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apanha predatória (uso de redinha); - Desmatamento; - Aterro do mangue; - Instalação de salinas e viveiros no manguezal; - Ocupação com edificação; - Extração de areia; - Coleta e comercialização de peixes com características ornamentais; - Pontos de apoio para a manutenção de embarcações; - Lançamento de esgoto sem tratamento adequado.
Zona Conservação e Interesse Turístico	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações não permanentes de apoio à pesca e ao lazer, na faixa de praia, mediante autorização; - Comércio de ambulantes na faixa da praia, mediante autorização; - Otimização do comércio de peixes, moluscos, crustáceos, e outros; 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção fixa que impeça ou dificulte o acesso público à praias e ao mar; - Construção fixa ou equipamento permanente na faixa da praia; - Desmatamento da vegetação de restinga; - Deposição de lixo em locais inadequados; - Lançamento de esgoto sem tratamento adequado; - Circulação de veículos automotores na faixa da praia; - Obras que descaracterizam o patrimônio paisagístico, histórico e cultural.
Subzona Expansão Controlada	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo ao folclore, artesanato e à culinária regional - Coleta seletiva, tratamento e reciclagem do lixo; - Incentivar a implantação de serviços de esgotamento e tratamento sanitário adequado; - Incentivar o abastecimento público de água; - Incentivar a arborização de praças e ruas. 	
Zona Ocupação Consolidada	<ul style="list-style-type: none"> - Mineração somente com autorização; - Captação de água subterrânea (poço) até a profundidade de 10 m; - Coleta seletiva, tratamento e reciclagem do lixo; - Incentivar a implantação de serviços de esgotamento e tratamento sanitário adequado; - Incentivar o abastecimento público de água; - Incentivar a arborização de praças e ruas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento de resíduos no solo, no ar e nos rios sem tratamento adequado; - Deposição de lixo em local inadequado; - Aterro de rios; - Desmatamento de vegetação nativa e em área de preservação permanente sem autorização.
Zona Ocupação Diversificada	<ul style="list-style-type: none"> - Mineração somente com autorização; - Agricultura orgânica, silvicultura, agrofloresta, agropecuária, apicultura com práticas de conservação do solo e água; - Beneficiamento de produtos e subprodutos da silvicultura, pecuária e aquicultura; - Tratamento adequado dos resíduos da produção agropecuária e aquícola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cultivo, pastagem e instalação de criatório em área de preservação permanente (APP); - Cultivo, pastagem e instalação de criatório no entorno das matas, APP e rios sem aceiro; - Utilização de agrotóxicos sem observar a legislação; - Lançamento de esgoto sem tratamento adequado; - Deposição de lixo sem tratamento adequado; - Cultivos em encostas com declividade maior que 30%; - Práticas agropecuária que provoquem degradação do solo e rios; - Desmatamento de vegetação sem autorização.
Zona Estratégica de Recuperação	-Recuperação ambiental	-Degradação ambiental





Apêndice E – Lista de Presença – Oficina na Comunidade de Porto Grande



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA



PLANO DE MANEJO – APA CONCEIÇÃO DA BARRA

Oficina de Apresentação do Zoneamento

Atividade: REUNIÃO DE ZONEAMENTO	Data: 19/10/2013	Local: COMUNIDADE DE PORTO GRANDE
----------------------------------	------------------	-----------------------------------

Lista de Presença

Nº	Nome	Instituição/Comunidade	Contato	Assinatura
1	Osmara dos Santos Guilherme	Comunidade de Porto Grande	9745.3352	osmara dos st.g
2	DENES RICARDO ZON NETO	HOEST - PETROBRAS	9937-9828	
3	Daniel Fontes Fidel	HOEST - Petrobras	9720-0816	
4	Suila Beatriz Silva Cruz	Petrobras	9948-5528	
5	Roberto Verulhet	IEMA	2636-2570	
6	Tharciley Gonçalves S. José	IEMA	9524-7696	
7	Flávia S. Lima	IEMA	88027751	
8	Maria dos Santos Guilherme	cidade Porto Grande		
9	Sebastião dos Santos Guilherme	cidade Porto Grande		
10	Ademir dos Santos Guilherme	cidade Porto Grande		
11	Antônia dos Santos Guilherme	Comunidade Porto Grande	99215187	
12	Sebastião dos Santos Guilherme	cidade Porto Grande		
13	Eulides dos Santos Guilherme	cidade Porto Grande		
14	Rosilda Ribeiro	comunidade do Porto Grande	95325646	
15	Robângela dos Santos Guilherme	Comunidade do Porto Grande		
16	Adelson Gomes dos Santos	Comunidade do Porto Grande	9745.3352	
17	Rafael dos Santos Levis	cidade do Porto Grande	99215187	
18	Luquínio Guilherme Rodrigues	Porto Grande	9745.3352	
19	Luizaldino Rodrigues Romualdo	Porto Grande		
20	Admir dos Santos Guilherme	Porto Grande		

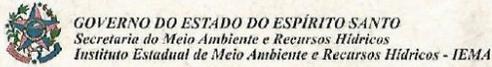


GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA



21	Rio do Santo Guilherme	CMdade Porto Grande	—	
22	Ma Rafaela Guilherme	CMdade Porto Grande	—	
23	Rita de Cassia Guilherme	CMdade Porto Grande	—	
24	Rodrigo Guilherme	CMdade Porto Grande	—	
25			—	
26				
27				
28				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38				
39				
40				

Apêndice F – Lista de Presença – Oficina na Comunidade de Lage/Laginha



PLANO DE MANEJO – APA CONCEIÇÃO DA BARRA

Oficina de Apresentação do Zoneamento

Atividade: REUNIÃO DE ZONEAMENTO	Data: 19/10/2013	Local: LAGE / CAGINHA
----------------------------------	------------------	-----------------------

Lista de Presença

Nº	Nome	Instituição/Comunidade	Contato	Assinatura
1	Onilda Castro da Silva			
2	Marisa da Graça da Silva			
3	Leiana da Silva Carru			
4	Valena Cairi			
5	Valdimiro Espinoza dos Santos			
6	Gelson dos Santos			
7	Matheus Paulo Carru			
8	Sudite da Silva Pires			
9	Matheus Paulo Carru			
10	Marcelo Barros da Silva			
11	Sudite da Silva Pires			
12	Leonardo Gomes dos Santos			
13	Marina Louzisa Gomes dos Santos		9819-4512	
14	Catiani Cairi			
15	Laurenço Pires			
16	Yasmim Alves do Rio			
17	Juliana Oliveira dos Santos			
18	Leandro Gomes dos Santos			
19	[Assinatura]		96508854	[Assinatura]
20	[Assinatura]			



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA



21	diva SERAFIM			
22	José BENTO da SILVA			
23	Demilson CAIARI			
24	Nome e endereço	LASINARA		Assessoria ambiental
25	Demilson CAIARI	HOEST / Petrobras	9726-0816	APP
26	José Carlos Gonçalves S. José	IEMA	9524-7696	7/1/14
27	Demilson CAIARI	IEMA	9924-8329	10/1/14
28	Luiz Roberto Silva Cruz	Petrobras	99485528	10/1/14
29	RENES RICARDO BON NETO	HOEST / PETROBRAS	9937-9828	10/1/14
30	Resumo Bento da Silva.			
31	Getúlio GOMES SANTOS			
32	Roberto Verwoert	IEMA	3636-2570	
33	Benedicto Carlos das Neves			
34	William Kilian		35293721	
35	Flávia Caiari		97694705	
36	Madalena Maria Camargo			
37	Flávia Caiari Soares			
38	Luiz Roberto Silva Cruz		99659059	
39	Marcelo Rêgo Gomes dos S.			
40	Adriana Rêgo Nunes		99886144	

- 41 Laurentino Pereira de Jesus - Logo
- 42 Miriam d. Silva Gomes - Logo
- 43 Iracema Rodrigues de Jesus - Logo

Apêndice G – Lista de Presença – Oficina na Comunidade de Barreiras



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA



PLANO DE MANEJO – APA CONCEIÇÃO DA BARRA

Oficina de Apresentação do Zoneamento

Atividade: REUNIÃO DE ZONEAMENTO	Data: 20/10/2013	Local: BARREIRAS
----------------------------------	------------------	------------------

Lista de Presença

Nº	Nome	Instituição/Comunidade	Contato	Assinatura
1	Jarciley Gonçalves S. José	IEMA	9524-7696	Jespe
2	Jomao Ruy Batista	IEMA	9958 51 57	Dito
3	BENEDITO CASTRO DOS SANTOS	IEMA	9900 60 08.	
4	Leila Beatriz Silva Cruz	PETROBRAS	9948 5528	
5	SEBASTIÃO GOMES DOS SANTOS	IEMA		SEBASTIA
6	JOSE BAT	ale? am	sta	ma
7	Rafaelito Faripe dos	Sombro		
8	GMAZ GOMES DOS SANTOS			
9	Michel Gabriel Zaccari	conc. barra	9847-4431	Michel
10	Rosemary Nobre Pinheiro	conc. barra	9906.2904	Raf
11	Maria da Enc. Gomes Pereira			
12	JEPES RICARDO ZON NETO	HOEST/PETROBRAS	9937-9828	JZ
13	Gilberto Gomes PEREIRA			
14	Dayanne Lopes de Castro			
15	SIMONE DOS SANTOS			
16	Benedita Gomes			
17	Reuber Antunes Gomes			
18	Bruna Guilherme Caldeira			
19	Wesley Carru		9821-7003	
20	Jamaina Louisa de Castro		9938-8279	JAC



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA



21	Benedito matos feito	Associação de Pesca	25, 99229437	
22	Reinaldo Cruzes Cairu			
23	Carolina castro dos santos		05 1959 97	
24	Domingos dos santos claudio			
25	Domini das Restana Gomes			
26	Berto dos santos claudio			
27	Marcos Vinicios Nerys Santos			
28	Glória Kelly Alves Colino			
29	Marya. game das Santos			
30	Barbara game das Santos			
31	Fernanda Restana Gomes			
32	Manuel Lopes de castro			
33	Glória Queiroz Cairu			
34	Miriam Queiroz Cairu			
35	Manoel Augusto de			
36	Guilherme Silva	IEMA / APACB	9924-8329	
37	José da Silva	Residência / SEMMA	9998-0777	
38				
39				
40				

Apêndice H – Lista de Presença – Oficina na Comunidade de Meleiras



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA



PLANO DE MANEJO – APA CONCEIÇÃO DA BARRA

Oficina de Apresentação do Zoneamento

Atividade: REUNIÃO DE ZONEAMENTO	Data: 21/10/2013	Local: MELEIRAS
----------------------------------	------------------	-----------------

Lista de Presença

Nº	Nome	Instituição/Comunidade	Contato	Assinatura
1	Neelisa Cardoso	Meleiras	9972-3915	Neelisa Cardoso
2	Mariante dos S. Potano	meleiras	9639-0683	Mariante dos S. Potano
3	Sônia da Silva Nunes Reis	meleiras		Sônia da Silva Nunes Reis
4	Renata M. Almeida	meleiras		Renata M. Almeida
5	Malita Lima F. Pedrosa	meleiras	9623-7043	Malita Lima F. Pedrosa
6	Maria D. M. da N.			
7	Antonio Carlos Truzzi	meleiras	99121900	A. Truzzi
8	MIGUEL CARVALHO	MELEIRAS	97006191	M. Carvalho
9	João Augusto F. de Lencalha	meleiras	97958383	J. Augusto
10	Matheus Barbosa			
11	Rosângela de Oliveira	meleiras	99402435	Rosângela
12	Wesley Truzzi			
13	Wesley Truzzi	MELEIRAS	99402435	Wesley Truzzi
14	Wesley Truzzi	MELEIRAS	99402435	Wesley Truzzi
15	Fernanda de Villa Nova	MELEIRAS	26104304	Fernanda de Villa Nova
16	Edelene Seimma Maciel	meleiras	98554086	Edelene Seimma Maciel
17	Bárbara S. de S. Potano	meleiras	98598017	B. S. Potano
18	Maria da Conceição	meleiras	98606057	M. da Conceição
19	Leandro Mariano	meleiras	99357303	L. Mariano
20	José Carlos Reis		98707527	J. Carlos Reis



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA



PLANO DE MANEJO – APA CONCEIÇÃO DA BARRA

Oficina de Apresentação do Zoneamento

Atividade: Reunião de Zoneamento APA-CB	Data: 23 de outubro de 2013	Local: Meliana
---	-----------------------------	----------------

Lista de Presença

Nº	Nome	Instituição/Comunidade	Contato	Assinatura
1	Sra. Rodrigues dos Santos	Prefeitura - SEMMA	96 00 9342	
2	Constante José Costa	PARQUENTE ASSOCIADOS	99882288	
3				
4				
5	Aguiinaldo Paulino	Kilam Barbate	99887777	
6	Edwards Fernandes	MORADOR	92499667	
7	PATRICK ALVES JORDAN	MORADOR	99883883	
8	André Luiz Ribeiro Azeredo	HOEST / PETROBRAS		
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA



21	Mauel Andrade dos Santos	Meleiras	9943-6303	
22	ABELAIRE NICO	MELEIRAS	9948 5019	
23	Zeno corralho	MELEIRAS		
24	JOSE RODRIGUES SANTOS	MELEIRAS	9996 8574	
25	VALDETE DOS SANTOS RESTANO	MELEIRAS	9919 7378	
26	David Proazio dos Santos	Meleiras		
27	Paloma da Silva Restano	Meleiras	9850-8554	
28	Valdecir A. do		99613639	
29	Valdecir A. do	Meleiras	9989-4059	
30	Dean Martins	Meleiras	9988-6536	Dean Martins
31	Antonio E. Finkler	Meleiras	99310654	
32	Leopardo dos Santos Zatta	Meleiras	9941-4940	
33	Natalia Vila Nova dos Santos	Meleiras	99882288	Natalia
34	Sebastião Guimarães	Meleiras	99221058	
35	Samuel Pedrosa	MOLICIRAC	98600427	
36	Samuel Pedrosa	Meleiras	96392115	
37	Aureliano Correa	SEMMA / PMCB	9988-8103	
38	Guilherme S. Lemes	IEMA / APACB	9924-8329	
39	Rafael Angelo S. Lechi	PETROBRAS	273774542	
40	Roberto Verulop	IEMA	3636-2570	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA



PLANO DE MANEJO – APA CONCEIÇÃO DA BARRA

Oficina de Apresentação do Zoneamento

Atividade: REUNIÃO DE ZONEAMENTO	Data: 21/10/2013	Local: MELEIRAS
----------------------------------	------------------	-----------------

Lista de Presença

Nº	Nome	Instituição/Comunidade	Contato	Assinatura
1	André Luiz Ribeiro Aguiar	HEST / PETROBRAS		
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

Apêndice I – Lista de Presença – Oficina na Sede de Conceição da Barra – Bairro Santo Amaro



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA



PLANO DE MANEJO – APA CONCEIÇÃO DA BARRA

Oficina de Apresentação do Zoneamento

Atividade: REUNIÃO DE ZONEAMENTO Data: 21/10/2013 Local: SANTO AMARO - CONC. BARRA

Lista de Presença

Nº	Nome	Instituição/Comunidade	Contato	Assinatura
1	MARIA FÁBIA NASCIMENTO	INSTITUTO TECNOCARTE	27/8855-9280	[Assinatura]
2	Jair Ramos da Silva	Santo Amaro	9951-1950	[Assinatura]
3	Christina Alves F. Calabundo	Floresta (Bairro)	9852-7181	[Assinatura]
4	Rosana da Glória G. do Rezende	Bairro Catita / Professora	99018641	[Assinatura]
5	M ^{te} Isela dos Santos Rodrigues	Professora / Educatr	99964712	[Assinatura]
6	Maria Antônia do Santos	Santo Amaro	99347858	[Assinatura]
7	Elvira Abramo Poromagua Barão	Santo Amaro	97080933	[Assinatura]
8	Dei Celia Santos	Santo Amaro		
9	Maria Yulia dos S. Martins	Santo Amaro		[Assinatura]
10	Maria Teira Santana	Santo Amaro		[Assinatura]
11	Antônio Casanova	São José	9949 6399	
12	Sabiana T. Lopes			
13	Silma Maria de Lenc. Almeida	Santo Amaro	9920-0826	[Assinatura]
14	Stressy Pires Vila Nova	Santo Amaro		[Assinatura]
15	Markelly Almeida Lúcia de Sá	Santo Amaro	9836-3700	[Assinatura]
16	Ricardo Guilherme Ribeiro	Santo Amaro	9979-6659	[Assinatura]
17	Gustavo do Costa Reis Ramos	Instituto Tecnocarte	8898-9281	[Assinatura]
18	República da Glória	Bairro Antropológico Carmo Integral	9847-1471	[Assinatura]
19	Juniani Pinto Guilherme	E.M.G.F. Antígolo / Sto Amaro		[Assinatura]
20	Andréia Alves Santos	Instituto Tecnocarte	9501-6718	[Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA



21	José de Sousa	9901-8488		
22	Helaine Maria Oliveira Marques	49807193		
23	André Luis Roberto Azeiteiro	HOIST / PETROBRAS		
24	DENES RICHARDO LON NETO	HOIST / PETROBRAS	9937-9828	
25	Rafael Angelo L. Lechi	PETROBRAS	27 3782 4542	
26	Andre Luiz Campos Lechler	SEMMA/C.BARRA	8885 5774	
27	Guilherme S. Bump	IEMA / APACB	9929-8329	
28	Roberto Verulop	IEMA	3636-2520	
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38				
39				
40				



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA



PLANO DE MANEJO – APA CONCEIÇÃO DA BARRA

Oficina de Apresentação do Zoneamento

Atividade: REUNIÃO DE ZONEAMENTO Data: 21/10/2013 Local: SANTO AMARO – CONC. BARRA

Lista de Presença

Nº	Nome	Instituição/Comunidade	Contato	Assinatura
1	Alexandra Colinho Júlio	SP. Amaro	9922 6501	[Assinatura]
2	Zelita Pereira Silva		98892876	
3	Luciana Rocha	Castela	9706788	
4	Mosulso Alves		98787902	Remilto
5	Renê Silva de Azevedo		9744.6806	
6	Apparicia da da			
7	Remilto Oliveira da Silva			
8	maria Gomes	SANTO AMARÍO	9706 5482	maria gomes
9	Roberto Gomes dos Santos	Santo Amaro	9863. 4989	[Assinatura]
10	Adelia Augusta M.P. Marchiori	Preleitura Municipal	9978-2851	[Assinatura]
11	Frederico Paranaíba Lello	APROPES CAM	98296044	[Assinatura]
12	José Carlos da Silva	APROPESCAM	9922.2853	[Assinatura]
13	Adriano Roberto Gomes	APROPESCAM		
14	Samuel Paranaíba	Surgente Papel e Celulose S.A	(81) 9844-6807	[Assinatura]
15	Reserê de Conceição Lourenço	Santo Amaro	99855330	
16	[Assinatura]	SANTO AMARÍO	99339322	[Assinatura]
17	[Assinatura]			
18	Conceição Sp. L.S. Machado	Santo Amaro	9691-2405	
19				
20				